PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA – SÍNTESE DE REUNIÃO

Data: 11/07/2025

Horário de início: 10h37min

Horário de término: 14h01min

Local: Rua Borges Lagoa, 1230, São Paulo/SP

Presentes:

Representantes da APROFEM: Andrea Aydar, Beatriz Fagundes, Margarida Genofre, Simone Assumpção

Representantes do SINDSEP: Carlos Roberto Cardoso, Fátima Antônio, João Gabriel Buonavita, Maciel Nascimento

Representante da SEGES: Lucas Araujo

Representantes da SME: Beatriz Carvalho, Carlos Alencar, Gustavo Ambrósio, Helena Marcon, Lucas Lopes, Mariza Kubo, Paula Guimarães, Samuel Godoy

MANIFESTAÇÕES DOS PRESENTES

Reunião foi iniciada com manifestação de Samuel (SME), que informou ter convidado, por meio de ofícios, as 5 (cinco) entidades (APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP, SINPEEM). Também houve publicação no perfil oficial da SME no Instagram. A reunião foi convocada em cumprimento ao compromisso firmado nos protocolos de entendimento entre Prefeitura e entidades sindicais para encerramento da greve, em maio de 2025. O objetivo da reunião é coletar sugestões e reivindicações das entidades, oferecer devolutivas quando possível, e estabelecer um calendário de reuniões periódicas para discussão de blocos temáticos de reivindicações. Em especial, sugerimos discussão da regulamentação do art. 44-A da Lei 14.660/2007, com redação dada pela Lei 18.221/2024.

As entidades sindicais presentes, SINDSEP e APROFEM, iniciam informando que a posição das entidades é de revisão do artigo 44-A por completo, cuja constitucionalidade está sendo questionada no âmbito judicial. Informou ainda que há a disposição de discutir o tema, mas que a forma que foi proposta a alteração da lei não é a forma que considera adequada.

Reforçaram ainda a necessidade do envio com antecedência de minutas de instruções normativas e portarias, previamente à publicação, para construção conjunta. E que com relação a Lei nº 18.221 (artigo 16), a APROFEM ganhou uma liminar que permite o ingresso na JEIF dos readaptados.

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Samuel explica que o Projeto Aprimorando Saberes tem a intenção de promover a formação dos diretores de escola, que eles são essenciais para a gestão das UE e que a seleção das escolas teve como critério objetivo o IDEB e o IDEP e que não houve, em momento algum, seleção individual ou pessoal com base em critérios subjetivos.

SINDSEP pede a palavra e afirma que tem visto uma diferença entre o que se propõe e o que se tem na prática. Que há questionamentos aos critérios de seleção das escolas. Questionou a quebra do vínculo dos profissionais com o território, considerando que a SME utilizou como critério para seleção os diretores que estão há mais de 4 anos na UE. Informou de decisão judicial que suspendeu a formação, por ter considerado que não há projeto formativo e nem objetivo definido. Que o impacto é irreparável e que o governo deve retirar a proposta de formação, assim como retirou o pedido de ação contra a greve.

APROFEM reconheceu a retomada do diálogo, na forma da presente reunião e da forma ampla e isonômica como foi convocada, e informou a importância do diálogo franco, concreto e com resultados.

SINDSEP informou que não há como discutir o artigo 44-A, que é necessário a revogação da Lei nº 18.221/2024 no que se refere à educação. Que o artigo 44-A está no capítulo que se inicia no artigo 40, que trata da Avaliação Institucional, cujos critérios são elencados no artigo 41. Que é necessário se construir método de avaliação, com discussão de critérios. Que há disponibilidade para debater, mas que seja um debate completo dos critérios.

APROFEM traz um ponto relacionado às férias de servidores ingressantes, informa ter sugerido que os servidores possam compensar os dias das férias de janeiro, dobrando a jornada de trabalho, ou passando a reger aulas em substituição, mas que recebeu resposta negativa.

Entidades afirmam que o mais importante é que haja o reconhecimento de que há um problema a ser resolvido. SINDSEP relata que foi enviado um ofício há cerca de 2 anos solicitando informações sobre como se dará na prática a aplicação da legislação de férias para os profissionais da educação que são obrigados a tirar férias, ainda que não tenham cumprido o período aquisitivo, e que o ofício não foi respondido. A posição da entidade é pela revogação da legislação e retomada do pleno direito de férias, nos termos da Constituição.

SINDSEP informou ainda que, na época, ocorreu uma divergência entre o manual da SEGES e a regulamentação da SME das férias e que muitas URHs passaram a usar o material elaborado pelo sindicato para orientar os trabalhos.

SINDSEP retoma a questão da avaliação e destaca que o principal problema é a forma como ela é apresentada. Questiona quais ações a SME tem realizado para apoiar as UEs. APROFEM argumenta que se o objetivo é a melhoria pedagógica, que a formação deveria ser para toda a rede. Samuel explica que a SME tem disposição para corrigir eventuais erros e que o objetivo sempre foi acertar, antes de expandir para toda a rede.

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

APROFEM questiona que a SME não pode partir da possibilidade de erro e que a formação deve ser estendida para todos. Que o próprio portal da SME reconhece o trabalho das UEs selecionadas. É necessário que a SME olhe para o que precisa ser equacionado na rede e ofereça a formação, visando qualificação geral. Que a formação deve ser oferecida para toda a rede de modo optativo, visando ampliação qualitativa do que SME se pretende enquanto qualidade da educação, com dispensa de ponto para a formação.

Entidades retomaram que é necessário focar no plano de reposição das faltas pela greve. Que a SME pode ampliar o prazo até o fim do ano, como sempre foi e a portaria da SEGES autoriza. Que seria uma questão simples e que a SME pode resolver.

Entidades elencam que os outros temas prioritários pendentes da campanha salarial para serem tratados são: climatização, saúde mental, valorização do quadro de apoio (que tem havido retirada dos vigiais e ocorridas remoções ex-officio). Questionam se a primeira parcela do PDE será paga em agosto. Samuel confirma que será paga em agosto. Entidades afirmam que é necessário discutir os valores, os critérios, o impacto das faltas em geral, das faltas da greve, licenças. Entidades informam que a intenção é discutir a incorporação do PDE na tabela salarial (referências). Insistem na defesa de concurso público e a não manutenção/ampliação da terceirização/contratações temporárias. Informam que não concordam que, caso a liminar que trata da JEIF deixe de valer, os descontos podem ser aplicados depois de 90 dias. Que defendem que não haja desconto após os 90 dias e que os servidores readaptados tenham o direito de optar pela JEIF, considerando que ela é uma jornada de opção.

Entidades pedem discussão sobre a portaria do horário especial, que implica que os docentes percam a JEIF. Trazem o ponto do artigo 17 do PME sobre a equiparação do salário do nível superior. Informam que o salário da educação já foi dos maiores da Prefeitura, que hoje não é mais uma realidade.

SINDSEP informa que já tentou diversas vezes agendar com COCEU para discutir a portaria dos analistas de esportes e que não houve retorno. Samuel propõe que COCEU seja chamada para calendário de reuniões com as entidades e o gabinete.

Entidades informam ainda que desejam iniciar o debate sobre a elaboração dos indicadores de qualidade do ensino fundamental (que tem a ver com o artigo 41 da lei 14.660), assim como participaram da discussão dos indicadores de qualidade do ensino infantil.

Entidades informam que a lista de assuntos pendentes é grande e que tem urgências a serem tratadas, a exemplo concurso de remoção, PDE 2025, calendário escolar, atribuição de turmas/classes e grupos, organização das UEs, participação no concurso de remoção para os ingressantes no concurso de remoção de 2023, ampliação do quadro de servidores nas UEs, avaliação da educação infantil, revisão dos artigos 14, 15 e 16 da Lei nº 18221, atividades correlatas no quadro de apoio da educação (desvio de função), J-30 e o interesse em participar da formação continuada, descongelamento do tempo de pandemia, ampliação do módulo de professores, AVEs, horário especial, opção de jornada, incorporação do abono complementar e de compatibilização. Considerando isso, concordam com a

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

proposta da SME na convocação desta reunião, reforçando que é necessário definir um calendário de reuniões.

SINDSEP informou que é necessário disposição para discutir presencialmente, que não basta apenas enviar as minutas. Informou a importância de sentar-se para discutir a portaria dos analistas, pois é um assunto complexo. Destacou ainda que é necessário rever por completo a ação dos Diretores, pois acredita que isso revela a concepção de educação que as pessoas têm. Que critérios de qualidade tem a ver com um conjunto de fatores que envolvem as UEs, como jornadas de trabalho, ações de saúde, habitação, fatores intersecretariais. Se a intenção era a melhoria da aprendizagem, por que não se pensou em elaborar um plano de ação com a equipe gestora e a comunidade escolar?

SINDSEP questiona o que será feito agora com as 25 UEs. Informou que é necessário muito acolhimento, para reverter qualquer impacto que tenha sido causado para essas comunidades.

SINDSEP informa que há ciências que fundamentam a educação. Que aprender significa a apropriação de uma cultura. Que não há como esperar eficácia, com cadeiras enfileiradas, com falas da SME de que a ciência não importa. Relata que a Educação é a única área cujo objeto de trabalho é o sujeito, e que isso exige respeito ao outro. Informa que avaliação foi realizada dentro de parâmetros que não mensuram as reais condições de trabalho, como ausência de profissionais.

APROFEM informa que é necessário que a SME assuma mais responsabilidade junto às UEs. Que poderia ser feita uma avaliação de baixo para cima, em que seja avaliada a capacidade que a instituição tem para apoiar as UEs.

SINDSEP retoma que o uso do IDEB fere o princípio da avaliação e questiona que avaliação que está sendo realizada pelo Instituto Maria Cecília Souto Vidigal junto às unidades de educação infantil, pois isso não teria sido comunicado antecipadamente às UEs.

APROFEM solicita que seja incluído na pauta o descongelamento do tempo para todos os fins, durante a pandemia de Covid-19.

Samuel pede para que sejam priorizadas as pautas para organização do calendário de reuniões coletivas, que serão divulgadas amplamente e com antecedência, a fim de viabilizar a participação de todas as entidades interessadas.

Entidades propõem que seja: 1) Pautas de reposição de faltas durante a greve, com proposta de que seja dado o prazo até 31/12. Samuel se compromete a levar a discussão ao Gabinete da SME, considerando o momento e a oportunidade. Entidades informam que seria um bom gesto para restabelecimento das relações com os servidores e suas representações, que têm sido mediadas pela Justiça; 2) PDE; 3) Formação; 4) Remoção (em especial dos ingressantes).

ENCAMINHAMENTOS

- Gabinete da SME discutirá a eventual possibilidade de revisão do período de reposição, sem desconto, dos dias de paralisação de 2025, fornecendo resposta até o final da próxima semana;

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

- SME formalizará convite a outras Secretarias para formar grupo de trabalho intersecretarial sobre climatização e conforto térmico das unidades educacionais;

- SEGES retomará o GT de saúde mental ainda em julho de 2025;

- SME mantém o compromisso de pagamento da primeira parcela do PDE 2025 em agosto de 2025;

- Ficam agendadas as seguintes reuniões, na sede da SME, para discussão de pautas de reivindicação trazidas por APROFEM e SINDSEP, convidadas para participar as 5 (cinco) entidades representativas das carreiras da SME (APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP, SINPEEM):

Data	Horário	Tema
14/07/2025	15h	PDE 2025
21/07/2025	15h	Remoção de servidores e distribuição de módulos
01/08/2025	10h	Valorização dos servidores do quadro de apoio
08/08/2025	10h	Valorização dos servidores de nível superior
11/08/2025	15h	Formação de servidores e qualidade das aprendizagens
22/08/2025	10h	Revogação de artigos da Lei 18.221/2024 relativos à educação
16/09/2025	14h	Calendário escolar e instruções normativas
19/09/2025	10h	Horário especial para acompanhamento de pessoas com deficiência e férias de servidores ingressantes
03/10/2025	10h	Educação integral e organização escolar
24/10/2025	10h	Inclusão e educação especial